

Os autores respondem

The authors respond

*Stella Regina Taquette*¹

*Wilza Vieira Villela*²

Gostaríamos de agradecer aos nossos debatedores, que com seus comentários enriqueceram nossas reflexões sobre a divulgação de investigações de cunho qualitativo em saúde, além de apontar elementos importantes à análise apresentada no artigo em discussão.

Os três debates se afinam no reconhecimento de que a saúde e a doença não são condições exclusivamente biomédicas. Para estas últimas, investigações baseadas tão somente na quantificação e generalização dos achados a partir da lesão, talvez fossem suficientes.

Ao assumir a saúde e a doença como experiências sociais complexas que atravessam a vida de sujeitos, histórica e culturalmente situados, os debatedores sinalizam a importância de estratégias de pesquisa que busquem melhor captar essas dimensões.

As análises da nossa discussão sobre limites implícitos ou explícitos à publicação de artigos baseados em estudos qualitativos em revistas acadêmicas da área de saúde sem dúvida contribuem para a melhor compreensão da complexidade inerente aos fenômenos humanos relacionados à saúde. Ademais, incitam o diálogo entre pesquisadores da área de diferentes origens e formações.

Assim, Minayo inicia seu debate retomando a questão da cientificidade do dado qualitativo, tão questionada por quem defende que a objetividade da ciência é sinônimo de neutralidade e matematização. A referência a pensadores que postulam o mundo vivido como produto da ação e interação humanas é trazida como base epistemológica da cientificidade de dados gerados por meio de métodos qualitativos. Este recurso também fundamenta a possibilidade de generalização, outro pilar da ideia de cientificidade nas sociedades contemporâneas. Arguindo que generalização não é o mesmo que representatividade estatística, a autora lembra que qualquer experiência humana é tornada possível a partir da incorporação, pelos sujeitos, do conjunto de símbolos, signos e significados que conferem sentido aos fatos e objetos do mundo, permitindo que a experiência aí se inscreva. Nesta questão da generalização, Minayo e França Júnior convergem, pois ambos concordam que as interpretações dos estudos qualitativos podem ser generalizadas, mas com cuidado e rigor teórico-metodológico.

Fugindo do debate estreito que opõe de modo valorativo as abordagens qualitativas às quantitativas, Minayo finaliza o seu debate tocando num ponto sensível e eventualmente incômodo: a qualidade dos manuscritos. Trazendo sua vasta experiência de editora, a autora lista alguns dos principais equívocos que concorrem para que alguns artigos derivados de pesquisas ditas qualitativas sejam recusados, mesmo por periódicos que não apresentam restrições prévias à publicação de manuscritos baseados nesta abordagem. Considerando a listagem apresentada gostaríamos de levantar a hipótese de que talvez parte destes equívocos se deva à incompreensão, por parte destes autores, do que seja ciência, dos fundamentos teóricos que garantem cientificidade à pesquisa qualitativa e ainda do significado de fazer uma pesquisa e publicar seus resultados. Vale também acrescentar a hipótese, talvez não menos relevante, da pressão sobre os programas de pós-graduação no sentido da publicação dos trabalhos de seus alunos e a ilusão de que um estudo qualitativo é mais fácil e mais barato de ser conduzido, como elemento que induz a submissão de trabalhos ditos qualitativos, mas que na realidade não atendem aos requisitos de um trabalho acadêmico. Outra suposição para a falta de qualidade dos manuscritos se deve a lacunas na formação em ciências humanas e sociais de grande parte dos pesquisadores do campo da saúde, principalmente aqueles que são oriundos de cursos predominantemente técnicos, como os de medicina, odontologia, farmácia, entre outros.

Coincidindo com Minayo, França Jr também vai questionar o aspecto da qualidade. No entanto, é pela arguição de uma das premissas apresentadas em nosso artigo, o tamanho do manuscrito, que o debatedor articula a sua contribuição. Ivan nos lembra que o argumento de que a limitação do tamanho do artigo não deve a priori ser considerada como uma barreira à publicação de artigos qualitativos. Relembrando as vantagens da concisão da escrita, mesmo no texto literário, Ivan nos remete à reflexão entre uma certa concepção de objetividade que não se confunde com neutralidade, materialidade ou mensuração, e sim à possibilidade de objetivação das ideias e experiências do sujeito. De fato, a possibilidade de objetivação, por meio da linguagem, dos fenômenos ditos subjetivos é o que nos humaniza e nos insere na cultura.

¹ Faculdade de Ciências Médicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro RJ Brasil.
stella.taquette@gmail.com

² Universidade Federal de São Paulo. São Paulo SP Brasil.

Concordamos com França Júnior que a objetivação dos resultados de uma pesquisa qualitativa e sua análise não precisa ser prolixa ou verborrágica. Subscrevemos também que muitas vezes o artigo se estende pela descrição e reprodução exaustiva das falas de sujeitos, sem qualquer articulação dos fragmentos discursivos a alguma problematização teórica. Mas, apesar destas ressalvas, os artigos que são fruto de pesquisas qualitativas tornam-se, em geral, mais extensos, pois seus dados são textuais e não numéricos, o que em tese exige mais espaço para serem apresentados. Lembramos que por vezes a circunscrição de um objeto recortado na perspectiva qualitativa, bem como a explicitação dos fundamentos teóricos que orientam o processo de produção e análise dos dados, igualmente a sua discussão, podem exigir alguns caracteres a mais. Trata-se não apenas de apresentar resultados em tabelas e discuti-los na convergência ou não com estudos anteriores sobre o tema, mas eventualmente de dialogar com diferentes construções teóricas passíveis de dar sentido à fala do sujeito, para além da sua experiência singular. É posto assim, para o pesquisador qualitativo, o desafio de buscar a concisão necessária para que suas ideias sejam expostas com a maior clareza e objetividade possível, sem simplificá-las ou fazer perder a consistência teórica.

França Júnior dá importante destaque à questão da reprodutibilidade do estudo, que muitas vezes é interpretada de forma equivocada, como uma exigência para que os resultados da investigação sejam validados. O editor, de forma enfática, reforça o que concordamos integralmente: a reprodutibilidade de um estudo diz respeito à sua transparência metodológica, ou seja, permite que outros pesquisadores possam reproduzi-lo, seja de fato ou em pensamento.

Schraiber também se ajusta aos demais debatedores quando remete seu pensamento sobre a pequena publicação em revistas da área de saúde, especialmente nas médicas, à questão da cientificidade. Mas seu foco está dirigido para o que é considerado científico na prática da medicina, e para a reflexão sobre as razões pelas quais, neste âmbito, a cientificidade parece exigir a exclusão do sujeito.

De acordo com Schraiber, tomar o doente como um corpo e, a doença, na qualidade de algo alheio que o invade, recusa a compreensão do corpo como suporte material de uma história singular. Esta perspectiva é cada vez mais questionada, em especial frente ao desafio das doenças crônicas. O aumento crescente de condições patológicas que exigem cuidado contínuo e instituição de modos de viver com qualidade e prazer, apesar da doença, tem exigido, dos médicos, o reconhecimento da necessidade de abordar dimensões subjetivas daquele que sofre. Só por meio da interação entre o cuidador e o que demanda o cuidado é possível estabelecer padrões de convivência da doença e adesão ao tratamento.

Frente a este dilema colocado para o saber e a prática médica, a autora reitera a proposição apresentada no artigo de que mais pesquisas qualitativas sejam realizadas e difundidas nas revistas médicas e nas da área de saúde em geral, devendo ser consideradas como tão essenciais ao trabalho do médico quanto as pesquisas clínicas. Mais uma vez aponta a falsa dicotomia entre objetividade e subjetividade no fazer científico, dado que todo conhecimento exige ser objetivado para ser compartilhado, sendo, ademais, produzido por sujeitos. Assim, para Schraiber, é o rigor na utilização do método, definido a partir da sua coerência e adequação a um objeto teoricamente delimitado, que caracteriza o fazer científico.

Para nós, esta exigência de rigor se coaduna com as observações trazidas pelos outros debatedores, fazendo com que as três contribuições se complementem e agreguem conteúdo para o aprofundamento das ideias que apresentamos no artigo. Todos concordamos que as políticas editoriais das revistas da área da saúde devem ser aperfeiçoadas, o que foi a essência que as autoras quiseram evidenciar no texto em debate.

Mais uma vez agradecendo aos debatedores, todos editores de importantes revistas da área, expressamos nossas expectativas que no seu conjunto, artigo e textos de debate estimulem a reflexão de editores de revistas da área de saúde a reverem suas instruções aos autores, abrindo espaço para a publicação de artigos qualitativos de qualidade.